

Município da Ribeira Grande

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

2019

Introdução

O Município da Ribeira Grande apresenta demonstrações financeiras consolidadas relativas a 31 de Dezembro de 2019, com base na Portaria 474/2010 de 15 de Junho e no Artigo 75.º da Lei 73/2013 de 3 de Setembro.

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) não contém quaisquer normas respeitantes a consolidação, pelo que optámos pela aplicação das regras de consolidação contidas no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, que transpõe para o direito interno as normas de consolidação de contas, estabelecidas na 7ª diretiva (83/349/CEE), aprovada pelo Conselho das Comunidades Europeias em 13 de Junho de 1983.

O presente Anexo apresenta as notas aplicáveis ao Grupo Público, conforme previsto no Decreto-Lei nº 158/2009, assim como as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo, tal como exigidas pela alínea d) do nº 7 do Artigo 75º da Lei nº 73/2013.

I – Informações relativas às entidades no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

Nota 1 – Entidades incluídas na consolidação

Entidade	Sede	Objeto Social	% Capital	Motivo
Município de Ribeira Grande	Largo Conselheiro Hintze Ribeiro, Ribeira Grande	Administração Local	---	a)

Motivo de inclusão no perímetro de consolidação:

- a) Entidade mãe;

Nota 2 – Entidades consolidadas pelo método proporcional

Entidade	Sede	Objeto Social	% Capital	Motivo
EIRSU – Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel, EIM	Rua El-Rei D Carlos I, nº 27, 1º Esq., Ribeira Grande	Desenvolvimento de sistemas de abastecimento de águas, de sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas, de sistemas de limpeza pública e de recolha e transporte de resíduos sólidos, de desenvolvimento e inovação empresarial e de requalificação ambiental	33%	a)
PONTE NORTE – Cooperativa de Ensino e Desenvolvimento da Ribeira Grande	Rua de Nossa Senhora de Fátima, nº 36, Vila de Rabo de Peixe, Ribeira Grande	Ensino, na vertente de formação técnica ou profissional; promoção e apoio a atividades no âmbito da cultura, turismo, tempos livres, desporto e, em geral, a tudo o que disser respeito ao desenvolvimento local do Concelho da Ribeira Grande	44%	b)

Motivo de aplicação da consolidação proporcional:

- a) Empreendimento conjunto com as Autarquias de Lagoa e Vila Franca do Campo, em que cada uma detém 33% e controlam conjuntamente a entidade.
- b) Empreendimento conjunto com os membros fundadores Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande, Associação Agrícola de S. Miguel, Associação Empresarial da Ribeira Grande; Associação de Turismo da Ribeira Grande; Cooperativa Agrícola Costa Norte; Cooperativa Ecos do Norte e Clube Naval de Rabo de Peixe.

II – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

Nota 3 – Insuficiências das normas de consolidação

Não existindo normas específicas de consolidação de contas em ambiente POCAL, foram utilizadas as normas estabelecidas no Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho do Plano Oficial de Contabilidade, com as exceções indicadas na Nota 4.

Nota 4 – Derrogação às normas de consolidação

O POCAL não prevê a aplicação do método de equivalência patrimonial, mas apenas a redução da quantia escriturada quando a quantia recuperável da participada é inferior.

III. Informações relativas a compromissos

Nota 5 – Compromissos financeiros não evidenciados no balanço consolidado

O Município no seu Balanço incorpora todos os compromissos financeiros, com exceção das garantias prestadas pelo Município, cujo compromisso só será de relevar se houver acionamento da respetiva garantia.

IV. Informações relativas a políticas contabilísticas

Nota 6 – Critérios de valorimetria

Bens de Domínio Público

Os bens de domínio público adquiridos até 31 de Dezembro de 2000 foram valorizados pelo método do custo ou do valor de substituição/reposição, o qual corresponde ao cálculo do montante que seria necessário para construir o imóvel em estado novo, com materiais equivalentes aos que foram utilizados na origem, corrigido da depreciação sofrida até a data de avaliação.

Na avaliação dos terrenos subjacentes às frações, fogos habitacionais ou comerciais foi utilizado o método de mercado, que corresponde à avaliação do preço corrente de mercado. Entende-se por valor atual dos bens o seu valor em estado novo, deduzido da depreciação ocorrida à data da avaliação.

Para os bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2001, na valorização dos bens de domínio público foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas foram valorizadas ao custo de aquisição e são amortizadas pelo período de vida útil que esteja estipulado.

Imobilizações corpóreas

Bens adquiridos até 31 de Dezembro de 2000:

A avaliação dos bens imóveis foi realizada de acordo com o método do custo ou o método de mercado (conforme o descrito para os Bens de Domínio Público). Para os bens móveis, utilizou-se como regra o critério do custo histórico e, nos casos em que tal era impossível, recorreu-se a uma avaliação por comparação a bens já avaliados, com as mesmas características.

Para os bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2001 foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção. No Município para alguns bens obtidos a título gratuito considerou-se o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definidos nos termos legais.

As amortizações da generalidade dos bens do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, pelo que os bens terminados ou adquiridos no exercício de 2019 sofreram a primeira amortização no presente ano económico.

No caso das entidades participadas, as amortizações dos bens de imobilizado são calculadas por aplicação das taxas máximas conforme previsto no Decreto Regulamentar aplicável.

É de referir que no processo de consolidação não foi realizada a harmonização de taxas aplicadas pelas entidades participadas com as utilizadas pelo Município.

Investimentos financeiros

Os Investimentos Financeiros foram contabilizados pelo custo de aquisição.

Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas pelo custo de aquisição.

Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. Quando haja uma um significativo risco de cobrança são efetuados ajustamentos para refletir a potencial perda.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

Especialização de Exercícios

Os custos e proveitos são registados quando incorridos ou obtidos, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

V. Informações relativas a determinadas rubricas

Nota 7 – Movimentos ocorridos nas rubricas de ativo imobilizado

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado podem ser resumidos como segue.

Ativo Bruto

ATIVO BRUTO				
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Transferências e abates	Saldo final
Bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios	0	0	0	0
Outras construções e infra-estruturas	77.417.379	1.601.350	2.921.165	81.939.895
Bens do património histórico, artístico e cultural	83.285	3.114	-250	86.149
Outros bens de domínio público	2.391.252	2.195	7.033	2.400.480
Imobilizações em curso	3.082.253	882.833	-2.933.466	1.031.619
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0	0	0	0
	82.974.169	2.489.492	-5.518	85.458.143
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	0	0	0	0
Despesas de investigação e desenvolvimento	1.567.114	28.864	21.917	1.617.895
Propriedade industrial e outros direitos	618.381	61.695	-21.917	658.158
Outras imobilizações incorpóreas	0	0	0	0
Imobilizações em curso	0	17.639	0	17.639
	2.185.495	108.197	0	2.293.692
Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	3.903.450	30.000	207.967	4.141.417
Edifícios e outras construções	84.629.580	803.980	197.154	85.630.715
Equipamento básico	1.102.746	50.442	-191.820	961.368
Equipamento de transporte	1.578.433	44.158	4.130	1.626.722
Ferramentas e utensílios	397.043	8.439	194.150	599.632
Equipamento administrativo	2.921.820	169.527	-673	3.090.674
Outras imobilizações corpóreas	509.253	27.476	-6.105	530.624
Imobilizações em curso	314.473	313.933	-380.495	247.910
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0	0	0	0
	95.356.798	1.447.956	24.308	96.829.062
Investimentos Financeiros				
Partes de capital	0	0	0	0
Obrigações e Títulos de Participação	545.963	0	0	545.963
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0	0	0	0
	545.963	0	0	545.963
Total	181.062.424	4.045.645	18.790	185.126.859

Amortizações e ajustamentos

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES				
Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios	0	0	0	0
Outras construções e infra-estruturas	6.781.653	745.949	0	7.527.602
Bens do património histórico, artístico e cultural	36.424	2.917	0	39.340
Outros bens de domínio público	923	77	0	1.000
	6.819.000	748.942	0	7.567.942
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	0	0	0	0
Despesas de investigação e desenvolvimento	285.856	45.874	-20.332	352.063
Propriedade industrial e outros direitos	521.998	39.702	20.332	541.368
	807.854	85.576	0	893.431
Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	8.405	6.112	-56.350	70.868
Edifícios e outras construções	16.181.407	1.617.831	56.350	17.742.888
Equipamento básico	969.002	27.868	183.035	813.835
Equipamento de transporte	1.193.080	80.967	-246	1.274.292
Ferramentas e utensílios	332.932	18.831	-189.363	541.125
Equipamento administrativo	2.677.035	137.302	88	2.814.249
Outras imobilizações corpóreas	462.116	19.494	7.053	474.558
	21.823.977	1.908.405	56.917	23.731.815
Investimentos Financeiros				
	0	0	0	0
	29.450.831	2.742.924	56.917	32.193.187

Nota 8 – Movimentos ocorridos nas rubricas de ativo circulante

Activo Circulante	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Cobrança Duvidosa	658.403	51.577	2.918	707.062
Total	580.352	51.577	2.918	707.062

Nota 9 – Dívidas a terceiros vencíveis a mais de cinco anos

O Grupo apresenta as seguintes dívidas com um prazo de pagamento superior a 5 anos

Entidade	Empréstimos	Entidade Credora	Valor do empréstimo	Data de Vencimento	Capital em dívida
MUNICÍPIO DA RIBEIRA GRANDE	Financiamento 41,02% 37 fogos Ribeirinha	BANIF	1.234.079	30-10-2027	510.768
	Financiamento 17,96% e 20% R. e R.S.	BANIF	811.900	29-11-2027	270.633
	Financiamento 20% 48 fogos R. Peixe	BANIF	191.529	29-11-2027	67.833
	Financiamento de 40% 26 fogos de R. Peixe nos termos DL 110/85 de 17 de Abril e Portaria 1149/01 de 29 de Setembro	BCP	1.037.389	30-06-2035	769.335
	Financiamento de 20% 26 fogos R. Peixe - Parte dos Capitais Pps	BCP	511.411	30-06-2035	268.578
	Financiamento 40% 15 fogos Ribeira Seca	BPI	543.057	25-10-2027	188.341
	Financiamento 40% 48 fogos Rabo de Peixe	BPI	1.702.289	21-11-2027	647.513
	Financiamento 40% valor de aquisição dos fogos já construídos (10 Doma e 29 Rpeixe), nº9 do artigo 33º da LOE/06	CGD	1.552.056	31-05-2032	795.727
	Financiamento Cap. Pp. valor de aquisição dos fogos já construídos (10 Doma e 29 Rpeixe), nº9 do artigo 33º da LOE/06	CGD	334.237	01-03-2032	178.017
	Empréstimo no âmbito do Decreto-Lei nº 110/85, de 17 de Abril e Portaria nº 1149/01 de 29 de Setembro, para aquisição de 3 fogos na Ribeirinha	CGD	102.478	16-02-2034	61.562
		CGD	1.500.000	20-07-2035	1.263.158
		CGD	920.200	15-07-2036	1.342.105
	Financiamento do valor dos Cap. Pps. Na aquisição de 47 fogos em Rabo de Peixe e 3 fogos na Ribeirinha	CCAM	816.571	13-01-2034	514.821
	Financiamento da Obra de Construção do S. B.	CEMAH	2.000.000	18-05-2032	944.571

Nota 10 – Vendas e prestações de serviços por atividades e mercados geográficos

A totalidade das vendas e prestações de serviços, no montante de 4.355.305 euros realizaram-se no mercado interno.

Nota 11 – Situações que afetem significativamente os impostos futuros

As entidades participadas encontram-se sujeitas a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 16,80% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites

fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

O Município de Ribeira Grande está isento de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e eventual correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social). Deste modo as declarações fiscais dos últimos cinco anos poderão ainda ser sujeitas a revisão, embora as entidades participadas não antevejam situações que possam originar correções significativas.

Nota 12 – Remunerações atribuídas aos órgãos sociais da entidade-mãe

As remunerações certas e permanentes de titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos do Município de Ribeira Grande totalizaram 188.933 Euros em 2019.

Nota 13 – Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Contas	Custos e perdas	2019	2018
681 Juros suportados		106.902	110.474
682 Perdas em entidades participadas		0	0
683 Amortizações de investimento em imóveis		0	0
684 Provisões para Aplicações Financeiras		0	0
685 Diferenças de câmbio desfavoráveis		0	0
687 Perdas na alienação de aplicações de tesouraria		0	0
688 Outros custos e perdas financeiros		12.479	11.797
Resultados financeiros		632.815	710.072
		752.197	832.343

	Proveitos e ganhos	2019	2018
781 Juros obtidos		1.382	4.293
782 Ganhos em entidades participadas		0	0
783 Rendimentos de imóveis		750.815	828.050
784 Rendimentos de participações de capital		0	0
785 Diferenças de câmbio favoráveis		0	0
786 Descontos de pronto pagamento obtidos		0	0
787 Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		0	0
788 Outros proveitos e ganhos financeiros		0	0
		752.197	832.343

Nota 14 – Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Contas	Custos e perdas	2019	2018
691 Transferências de capital concedidas		1.061.998	1.123.593
692 Dívidas incobráveis		3.384	6.722
693 Perdas em existências		31.269	9.332
694 Perdas em imobilizações		0	313.567
695 Multas e penalidades		0	226
696 Aumentos de amortizações		0	0
697 Correções relativas a exercícios anteriores		118.188	47.974
698 Outros custos e perdas extraordinárias		8.369	15.019
Resultados extraordinários		550.222	489.921
		1.773.430	2.006.353

	Proveitos e ganhos	2019	2018
791 Restituição de impostos		0	0
792 Recuperação de dívidas		0	0
793 Ganhos em existências		20.099	7.279
794 Ganhos em imobilizações		20.772	31.489
795 Benefícios de penalidades contratuais		16.263	10.929
796 Reduções de amortizações e provisões		2.918	6.312
797 Correções relativas a exercícios anteriores		9.557	7.025
798 Outros proveitos e ganhos extraordinários		1.703.822	1.943.319
		1.773.430	2.006.353

Nota 15 – Outras informações exigidas por diplomas legais

Obrigações / Pagamentos							
Origem	Destino	Tipo de fluxos	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações ao exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	6= (2+3) - (4+5)
MRG	EIRSU	Prestações de Serviços	45.960	291.149	0	337.109	0
MRG	EIRSU	Cobertura Prejuízos	0	801	0	801	0
MRG	A PONTE NORTE	Prestações de Serviços	0	610.880	0	610.880	0
		Total	45.960	902.830	0	948.790	0

Direitos / Recebimentos							
Origem	Destino	Tipo de fluxos	Saldo Inicial	Direitos constituídas no exercício	Anulações ao exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	6= (2+3) - (4+5)
EIRSU	MRG	Prestações de Serviços	-45.960	-291.149	0	-337.109	0
EIRSU	MRG	Cobertura Prejuízos	0	-801	0	-801	0
A PONTE NORTE	MRG	Prestações de Serviços	0	-610.880	0	-610.880	0
		Total	-45.960	-902.830	0	-948.790	0

Nota 16 – Outras informações

Desagregação do endividamento consolidado de médio e longo prazo

Designação das Contas	Dividas a terceiros de médio/longo prazo		Total
	Município da Ribeira Grande	Restante Grupo Público	
Empréstimos de Médio Longo Prazo	8.739.210	0	8.739.210
Total	8.739.210	0	8.739.210

Nota 17 – Acontecimentos Subsequentes

A Organização Mundial de Saúde qualificou, no passado dia 11 de março de 2020, a emergência de saúde pública ocasionada pela doença COVID-19 (provocada pelo vírus SARS-CoV-2) como uma pandemia. Foi decretado o estado de emergência em Portugal, através do Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março. Concomitantemente, o Governo e a Assembleia da República aprovaram medidas excecionais e temporárias de resposta à atual situação epidemiológica, que visam conter a propagação do vírus SARS-CoV-2 (determinando-se o encerramento de instalações e estabelecimentos e a suspensão de atividades).

Esta situação está a ser permanentemente monitorizada pelo Executivo do Grupo Público. A incerteza quanto à duração do estado de emergência, quanto à duração do período pandémico (em especial na Região Autónoma dos Açores) e quanto ao conteúdo e duração das medidas de incentivo à recuperação de rendimentos determina a impossibilidade de quantificação, na presente data, dos impactos negativos decorrentes deste evento adverso. No entanto, o Grupo Público encontra-se a implementar e a rever periodicamente as medidas que se afiguram adequadas para minimizar os impactos negativos da atual situação de emergência.